

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES

(Organizadores)

VOL IX



EDITORA
ARTEMIS

2023

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES

(Organizadores)

VOL IX



EDITORA
ARTEMIS

2023



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadores	Prof. Dr. Jorge José Martins Rodrigues Prof. ^a Dr. ^a Maria Amélia Marques
Imagem da Capa	ciempies
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof. Dr. Agustín Olmos Cruz, *Universidad Autónoma del Estado de México*, México
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuato*, México
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof.^a Dr.^a Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF, Brasil
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Prof.^a Dr.^a Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará, Brasil
Prof.^a Dr.^a Edith Luévano-Hipólito, *Universidad Autónoma de Nuevo León*, México
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima, Brasil
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballedo, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México

Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional, Argentina*
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca, Espanha*
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República, Uruguay*
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof. Dr. Fernando Hitt, *Université du Québec à Montréal, Canadá*
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona, Espanha*
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, *Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal*
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, *Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil*
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis, Argentina*
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, *Instituto Politécnico da Guarda, Portugal*
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca, Argentina*
Prof. Dr. Håkan Karlsson, *University of Gothenburg, Suécia*
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, *Universidade São Francisco, Brasil*
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura, Peru*
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof. Dr. Ivan Amaro, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío, Chile*
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, *Universidade Federal do Amazonas, Brasil*
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College, Estados Unidos*
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha, Espanha*
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, *Universidade de Évora, Portugal*
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, *UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros, Brasil*
Prof. Dr. Jorge Ernesto Bartolucci, *Universidad Nacional Autónoma de México, México*
Prof. Dr. José Cortez Godínez, *Universidad Autónoma de Baja California, México*
Prof. Dr. Juan Carlos Cancino Díaz, *Instituto Politécnico Nacional, México*
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid, Espanha*
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia*
Prof. Dr. Juan Manuel Sánchez-Yáñez, *Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, México*
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil*
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, *Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil*
Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, *Universidade Federal de Goiás, Brasil*
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, *Universidade de Passo Fundo, Brasil*
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, *Universidad Nacional Autónoma de México, México*
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide, Espanha*
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide, Espanha*
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela, Espanha*
Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Luz Freitas, *Universidade Federal de Itajubá, Brasil*
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, *Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil*
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, *Universidade Federal de Sergipe, Brasil*
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada, Espanha*
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, *Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*
Prof.ª Dr.ª María Alejandra Arecco, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, *Universidade Federal da Bahia, Brasil*
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I, Espanha*
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, *Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, *Universidade Federal do Maranhão, Brasil*
Prof.ª Dr.ª Maria Gracinda Carvalho Teixeira, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil*



Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
Prof.^a Dr.^a Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana*, Cuba
Prof.^a Dr.^a Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof.^a Dr.^a Ninfa María Rosas-García, Centro de Biotecnología Genómica-Instituto Politécnico Nacional, México
Prof.^a Dr.^a Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Prof. Dr. Osbaldo Turpo-Gebera, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof.^a Dr.^a Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof.^a Dr.^a Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará, Brasil
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof.^a Dr.^a Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Solange Kazumi Sakata, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)- USP, Brasil
Prof.^a Dr.^a Stanislava Kashtanova, *Saint Petersburg State University*, Russia
Prof.^a Dr.^a Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.^a Dr.^a Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa, Brasil
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia
Prof. Dr. Xosé Somoza Medina, *Universidad de León*, Espanha

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências socialmente aplicáveis [livro eletrônico] : integrando saberes e abrindo caminhos: vol. IX / Organizadores Jorge Rodrigues, Maria Amélia Marques. – Curitiba, PR: Artemis, 2023.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

Edição bilingue

ISBN 978-65-87396-82-8

DOI 10.37572/EdArt_290523828

1. Ciências sociais aplicadas – Pesquisa – Brasil. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. I. Rodrigues, Jorge José Martins. II. Marques, Maria Amélia.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



EDITORA
ARTEMIS

2023

APRESENTAÇÃO

O nono volume desta colecção segue a lógica dos livros anteriores. Procura apresentar ao leitor uma coletânea de artigos sobre problemáticas que são transversais ao campo das ciências sociais aplicadas.

Sendo discutível, na metodologia seguida na organização dos vários volumes procurou-se privilegiar artigos que abordassem novas tendências e/ou problemáticas transversais relevantes, adotassem metodologias mais holísticas e/ou modelos de investigação aplicada, apresentassem estudos de caso nacionais e/ou internacionais e procurassem ser reflexivos. Nesse contexto, o nono volume está organizado em quatro grandes eixos – Planeamento e informação, Turismo, Saúde e ergonomia, Direito.

Na construção da estrutura de cada eixo procurou-se seguir uma lógica em que cada artigo possa contribuir para uma melhor compreensão do artigo seguinte, gerando-se um fluxo de conhecimento acumulado que se pretende fluido e em espiral crescente.

Assim, o eixo Planeamento e informação, é constituído por um conjunto de quatro artigos. O planeamento dos territórios urbanos influencia a arquitectura das cidades e os seus equipamentos. Assim, o recurso aos sistemas de informação geográficos e cadastrais, enquanto sistemas geradores de informação e conhecimento, poderão ser bons preditores e auxiliares de gestão do risco, quer das cidades quer dos seus equipamentos.

O eixo Turismo junta um conjunto de sete artigos que, em comum, contribuem para otimizar os serviços e melhorar a imagem do turismo e do património cultural. A afectação ágil de recursos às actividades que mais deles necessitam, em cada momento, é um bom indicador de eficiência e de qualidade do serviço prestado. Esta flexibilidade permite redireccionar os diferentes imaginários e expectativas culturais e espaciais dos turistas, nas diferentes épocas do ano.

No eixo Saúde e ergonomia, composto por seis artigos, subjaz que uma política de avaliação de serviços de saúde necessita da medição dos seus efeitos, da comparação com outros indicadores e de incentivos. Este pressuposto contraria a falácia de quanto mais idade se tem mais se sabe sobre sexualidade e reprodução. Os riscos associados a tal ideia induzem à forte necessidade de formação contínua e treino de competências para a prevenção e promoção da saúde, onde se incluem os métodos ergonómicos, por forma a poupar energia.

O eixo Direito é composto por quatro artigos. Os normativos legais, em geral, obedecem a princípios éticos universais. Contudo, ainda há muitas lacunas a superar, nomeadamente quanto aos direitos femininos, com a ganância e a corrupção sempre à espreita.

Com a disponibilização deste livro e seus artigos esperamos que os mesmos gerem inquietude intelectual e curiosidade científica, procurando a satisfação de novas necessidades e descobertas, motor de todas as fontes de inovação.

Jorge Rodrigues, ISCAL/IPL, Portugal

Maria Amélia Marques, IPS/ESCE, Portugal

SUMÁRIO

PLANEAMENTO E INFORMAÇÃO

CAPÍTULO 1..... 1

IMPACTO EN EL ESPACIO PÚBLICO DE LAS EXTERNALIDADES PROVOCADAS POR LA DENSIFICACIÓN RESIDENCIAL EN ALTURA

M. Eugenia Pallarés Torres

Mirtha Pallarés Torres

Jing Chang Lou

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905238281

CAPÍTULO 2..... 14

EQUIPAMENTOS: GERADORES DE URBANIDADE E CONSTRUTORES DE CIDADE: UMA ANÁLISE AO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO DA CIDADE DO PORTO ENTRE 1930 E 2020

Ricardo Martins

Gonçalo Miguel Furtado Cardoso Lopes

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905238282

CAPÍTULO 3..... 34

CHALLENGES IN BATHING WATERS DROWNING RISK MANAGEMENT – A CASE STUDY IN THE MADEIRA ISLAND

Paulo Falé

André Rodrigues

Carlos Hermenegildo

Johnny Reis

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905238283

CAPÍTULO 4..... 52

ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO CORPORATIVO

Maurício Barcellos Almeida

Christiano Pereira Pessanha

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905238284

TURISMO

CAPÍTULO 5..... 64

ADECUADA ASIGNACIÓN DE LOS RECURSOS EN SISTEMAS DE SERVICIO BAJO ENFOQUE LEAN SERVICES: CASO DE ESTUDIO INDUSTRIA DE HOSPITALIDAD

Hernando Garzón Saenz

Andrés Redchuk

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905238285

CAPÍTULO 6..... 75

MEGALITHIC TERM IN INDONESIAN CULTURE PROBLEM AND ALTERNATIVE FOR SOLUTION PROPOSED

Lutfi Yondri

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905238286

CAPÍTULO 7 86

COORDINANDO INVESTIGACIONES INTERDISCIPLINARIAS: DE IMAGINARIOS A PRÁCTICAS

Mabel Silva

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905238287

CAPÍTULO 8..... 97

SISTEMA FOTOVOLTAICO AISLADO, DISEÑO PARA UTILIZAR EN LA MACROPLAZA DEL MALECÓN VERACRUZ: CONTRIBUCIÓN DE TECNOLÓGIA VERACRUZ, A MICROEMPRESA MÓVIL O FIJA DE ARTESANÍAS

Miguel Ángel Quiroz García

José Luis Fernando Palomeque Loyo

Alma Genoveva Castro Valdés

Cesar Von Putilitz Balderas

Enrique Sánchez Hernández

Angel Miranda Juárez

Reyna Matías Correo

Martha Bibiana Arriaga López

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905238288

CAPÍTULO 9.....107

SOME PRELIMINARY NOTES ON TOURISM: AN ANALYSIS TO START THE DIALOGUE

Antonia del Rosario Sánchez Gonzales

Marco Antonio Bazalar Hoces

Víctor Marcelino López Lino

Raúl Eleazar Arias Sánchez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905238289

CAPÍTULO 10..... 116

LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA Y LAS NUEVAS ORQUESTAS DE TANGO: DE LA TRANSFORMACIÓN DE LA CULTURA A LA CULTURA TRANSFORMADORA

Walter Tejada

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052382810

CAPÍTULO 11.....122

TRANSFORMACIÓN DIGITAL DEL TURISMO EN MÉXICO, 2023

Giuseppe Francisco Falcone Treviño

Zaida Leticia Tinajero Mallozzi

Joel Luis Jiménez Galán

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052382811

SAÚDE E ERGONOMIA

CAPÍTULO 12.....136

INDICATORS FOR QUALITY MONITORING IN HEALTH AND PATIENT SAFETY

Cristina Maria Antunes Martins d´Arrábida

Nuno de Almeida Alves

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052382812

CAPÍTULO 13.....152

SEXUALIDAD Y REPRODUCCIÓN, DOMINIO AJENO? PROSPECTIVA DE UN ESTUDIO CON MUJERES MILLENNIALS MEXICANAS

Martha Gálvez Landeros

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052382813

CAPÍTULO 14..... 161

PREVENÇÃO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS NO TRABALHO – DO ASSÉDIO E MOBBING À FORMAÇÃO HUMANA, EM VARIÁVEIS COMO STRESS, ANSIEDADE E DEPRESSÃO

Nádia Catarina Lima

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052382814

CAPÍTULO 15..... 169

POSTURAL RISK ASSESSMENT OF OFFICE STAFF IN A PUBLIC UNIVERSITY

Julio César Cano Gutierrez

Alejandra García Becerra

Claudia Camargo Wilson

Jesús Everardo Olguín Tiznado

Juan Andrés López Barrera

Lidia Yolanda Ramírez Ríos

Melissa Ayrem Cázarez Manríquez

Abraham Aranda Avilés

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052382815

CAPÍTULO 16..... 180

CALENTADOR DE AGUA SOLAR DE BAJO COSTO CON CIRCULACIÓN FORZADA AUTÓNOMA

Nicolás Di Lalla

Alejandro Luis Hernández

Andrés Emanuel Diaz

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052382816

CAPÍTULO 17..... 193

IDENTIFICACIÓN DE LA PRESENCIA DE ESTUDIANTES DE GERONTOLOGÍA EN EL DESEMPEÑO DE LA PRÁCTICA PRIVADA

Jaqueline Guadalupe Guerrero Ceh

José Francisco Duarte Méndez

Elías Contreras Cordero

Claudia Beatriz Novelo Berzunza

Ana Mary Noh Delgado

José Luis Canto Ramírez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052382817

DIREITO

CAPÍTULO 18.....203

LA RREVOCABILIDAD DE LA REMISIÓN A PROPOSITO DEL CÓDIGO DE RESPONSABILIDAD PENAL DEL ADOLESCENTE EN EL PERÙ

Alberto Pablo Soto Alfaro

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052382818

CAPÍTULO 19.....214

GÉNERO Y DERECHO: ANÁLISIS DE LA JURISPRUDENCIA ECUATORIANA EN TORNO AL DERECHO DE LAS MUJERES A UNA VIDA LIBRE DE VIOLENCIA DURANTE EL PERÍODO 1998-2008

Catalina Mendoza Eskola

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052382819

CAPÍTULO 20.....234

EL CONTEXTO DE VIOLENCIA EN MEXICO Y EL NUEVO MARCO INSTITUCIONAL PROPUESTO POR LA NUEVA ESCUELA MEXICANA, GENERANDO LA CULTURA DE LA PAZ

Jorge Alberto Vidal Urrutia

José Arturo Morales Juárez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052382820

CAPÍTULO 21.....245

THE NAKED OPTION, DELTA BOYS AND BIG MEN: AN ANALYSIS OF CORRUPTION IN THE NIGER DELTA

Óscar Ortega Montero

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052382821

SOBRE OS ORGANIZADORES256

ÍNDICE REMISSIVO 257

CAPÍTULO 20

EL CONTEXTO DE VIOLENCIA EN MEXICO Y EL NUEVO MARCO INSTITUCIONAL PROPUESTO POR LA NUEVA ESCUELA MEXICANA, GENERANDO LA CULTURA DE LA PAZ

Data de submissão: 07/04/2023

Data de aceite: 24/04/2023

Jorge Alberto Vidal Urrutia

Doctor en Ciencias de Gobierno y política
Doctor en Educación
Profesor Investigador en la
licenciatura en Ciencias políticas, BUAP
Profesor perfil deseable PRODEP
ORCID 0000-0003-3364-2299

José Arturo Morales Juárez

Licenciado en Secundaria
con Especialidad en Telesecundaria
Telesecundaria Plan de Ayala
Tetla, Tlaxcala
Asuntos profesionales SNTE
Sección 31, Tlaxcala
ORCID 0009-0000-3173-9527

RESUMEN: La presente disertación analiza el contexto de violencia que ha imperado en México en la última década convirtiéndose en un reto que impide la transformación social del país, y como esta condiciona aspectos totales del desarrollo, exploraremos sus causas y consecuencias en el proceso de consolidación democrática emergente desde las bases de un México en paz y desarrollo social. Se analizarán y explicarán los esfuerzos que en materia educativa se han buscado emprender desde programas federales hasta reformas

institucionales por lo que el objeto de este trabajo es comprender y analizar las variables políticas, educativas e institucionales que buscan incidir en la mejora de las condiciones para la generación de un marco de convivencia social desde los diagnósticos educativos e institucionales del actual gobierno, haciendo énfasis en la concepción del ámbito escolar y su comunidad en general, como ejemplo de estos esfuerzos institucionales para esto, analizaremos los aspectos más relevantes de la Nueva escuela mexicana y sus principios rectores en el impulso a la cultura de la paz; la metodología esta investigación es cualitativa con un enfoque exploratorio-explicativo, es a través del análisis de contenido del plan nacional de desarrollo 2019- 2024 desde un análisis documental, de contenidos y hermenéutico que nos permitirá evaluar los objetivos institucionales y de política pública apegados a derecho que tenga impacto en las estrategias y líneas de acción en la construcción de una cultura de paz y procesos socioformativos.

PALABRAS CLAVE: Violencia. Instituciones. Políticas. Nueva. Escuela.

THE CONTEXT OF VIOLENCE IN MEXICO AND THE NEW INSTITUTIONAL FRAMEWORK PROPOSED BY THE NEW MEXICAN SCHOOL, GENERATING THE CULTURE OF PEACE

ABSTRACT: This dissertation analyzes the context of violence that has prevailed in Mexico in the last decade, becoming a challenge that

prevents the social transformation of the country, and as this conditions total aspects of development, we will explore its causes and consequences in the emerging democratic consolidation process. from the bases of a Mexico in peace and social development. The efforts that have been sought to be undertaken in educational matters, from federal programs to institutional reforms, will be analyzed and explained, so the purpose of this work is to understand and analyze the political, educational and institutional variables that seek to influence the improvement of conditions for education. generation of a framework of social coexistence from the educational and institutional diagnoses of the current government, emphasizing the conception of the school environment and its community in general, as an example of these institutional efforts for this, we will analyze the most relevant aspects of the New Mexican school and its guiding principles in promoting the culture of peace; The methodology of this research is qualitative with an exploratory-explanatory approach, it is through the content analysis of the national development plan 2019-2024 from a documentary, content and hermeneutical analysis that will allow us to evaluate the institutional and public policy objectives attached to right that has an impact on the strategies and lines of action in the construction of a culture of peace and socio-formative processes.

KEYWORDS: Violence. Institutions. Policies. New. School.

1 INTRODUCCIÓN

Los grandes problemas a los que se enfrenta el Estado mexicano como son la pobreza, la desigualdad social, la impunidad, la corrupción y el combate al crimen organizado han llevado a evaluar la seguridad, la primera década del siglo XXI estuvo caracterizada por el arribo al gobierno federal de una clase política identificada con la derecha y por tanto con una forma un tanto distinta de enfrentar los retos nacionales. Se observaron cambio en el régimen, pero no claramente de régimen.

Es indispensable incentivar un debate teórico y político sobre la seguridad en México la violencia y un marco institucional que apoye acciones como la educación de las nuevas generaciones de mexicanos desde una perspectiva integral y multidisciplinaria e interdisciplinaria. Que lleve a evaluar además a los dirigentes públicos y a las organizaciones sociales interesadas en este tema.

2 LA NUEVA ESCUELA MEXICANA Y SUS PRINCIPIOS PROMOTORES DE LA CULTURA DE LA PAZ

En este apartado describiremos el esfuerzo legal e institucional del gobierno mexicano y sus instituciones en la búsqueda de implementar cambio que permitan soluciones de raíz a problemas estructurales como es la educación y el contexto de violencia que envuelve varias zonas del país, documentos estratégicos como el plan nacional de desarrollo 2019-2024 y los principios y orientaciones pedagógicas de la

nueva escuela mexicana también publicado en 2019 buscar crear el marco institucional de la convivencia de democrática y promover la cultura de la paz desde las aulas y la formación ciudadana.

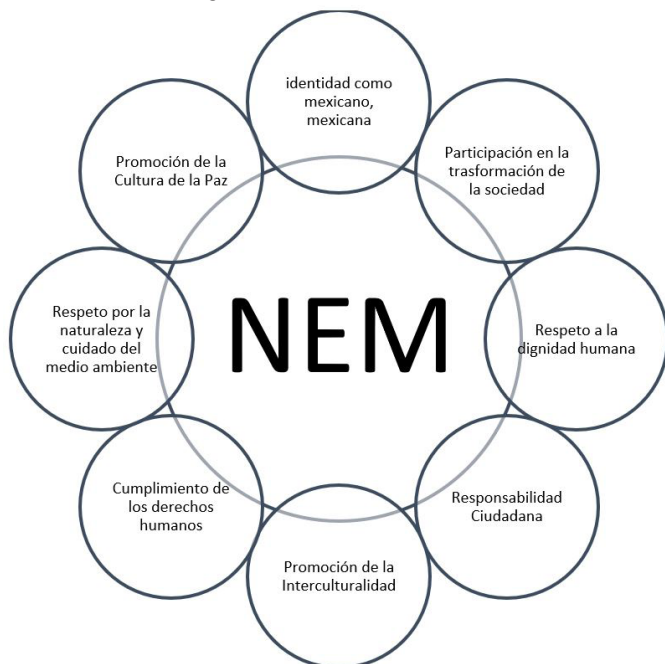
En el diagnóstico inicial se afirma que:

El nuevo gobierno heredó un sistema educativo con un alto nivel de conflictividad provocado directamente por la “reforma legal y administrativa” (como se le denominó en el Pacto por México), promulgada en 2013, y que señaló a las maestras y a los maestros como responsables directos y únicos de los bajos resultados de aprovechamiento escolar. La descalificación del magisterio y la generalización de la idea de que todas y todos están mal preparados y son displicentes en su trabajo con las niñas y los niños mexicanos, fueron la base de un sistema laboral. (SEP, 2019: 183)

Desde estas condiciones de desintegración social y debilidad institucional es necesario un cambio más que político un genuino cambio en la epistemología y teología de la pedagogía mexicana, y es ahí donde los principios orientativos de la NEM.

Los ocho principios que enmarcan la Nueva escuela mexicana son:

Figura 1: Nueva Escuela Mexicana.



Fuente: Elaboración propia, con base a Nueva escuela mexicana principios y orientaciones pedagógicas, 2019, SEP.

La vulnerabilidad de los estudiantes, como bien sabemos es un problema de las condiciones de pobreza, de las familias mexicanas, con varias carencias y cada día que pasa, parece ser que las condiciones empeoran, a partir de la entrada del modelo neoliberal

en 1983, a la fecha, se muestra un aumento de pobres en el país y la región, a la llegada del gobierno de izquierda, ha hecho algunos intentos, para apoyar los jóvenes de educación media, el programa prospera, fue remplazado por la Beca “ Benito Juárez” a casi todos los estudiantes, y digo casi todos, porque algunos estudiantes por su condición de alumnos irregulares que no asistieron a clases en tiempo y forma, no fueron beneficiados con esta beca, en términos monetarios son 800 pesos por familia en lugar de por estudiante y se eliminó el componente alimentario y de salud de prospera, por lo que la cobertura se reduce a hogares en pobreza extrema con hijos en escuelas públicas.

3 EL MARCO INSTITUCIONAL EN POLÍTICA EDUCATIVA CONTRA LA VIOLENCIA

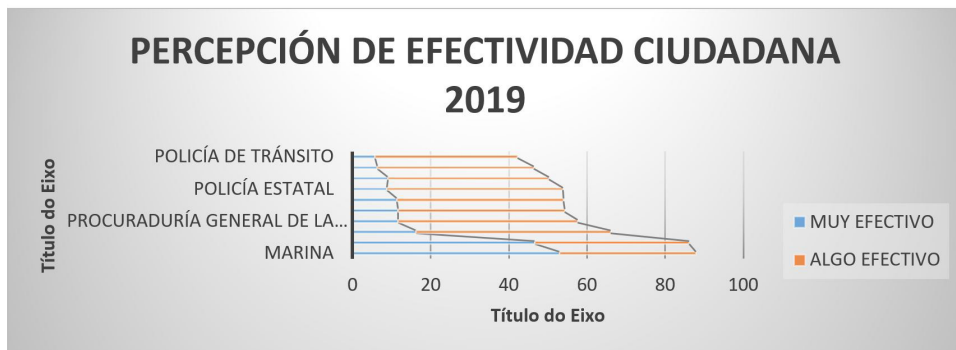
El plan nacional de desarrollo 2019-2024 nos puntualiza la necesidad de articular la seguridad, publica la seguridad nacional y la paz, pero esta articulación no estará ni siquiera cerca de empezar si antes no se logra lo que el propio plan refiere como una regeneración ética de las instituciones.

Y es que muchos las organizaciones encargadas de suministrar esta certeza de orden público y social sufrieron sistemáticamente la erosión de la corrupción por el crimen organizado de los últimos 15 años, dicho plan afirma que:

Entre 2006 y 2018 los gobernantes pretendieron resolver la inseguridad y la violencia delictiva mediante acciones de fuerza militar y policial y el llamado “populismo penal”, consistente en endurecer los castigos a las acciones delictivas. El resultado fue catastrófico y esa estrategia dejó un saldo pavoroso de muertos, desaparecidos, lesionados, una crisis de derechos humanos, una descomposición institucional sin precedentes y un gravísimo daño al tejido social. (P.N.D, 2019: 18)

Este daño al tejido social es lo más preocupante de todo ya que la simple percepción del ciudadano a las instituciones que deben brindar este orden social esta muy por debajo de las instituciones de carácter civil como se muestra en los siguientes gráficos:

Gráfica 1.

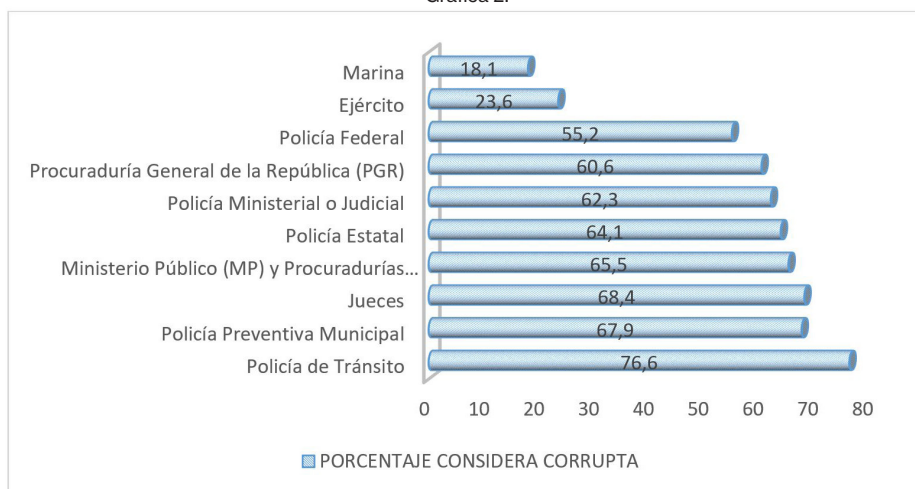


Elaboración: propia con base en INEGI Encuesta Nacional de Victimización y Percepción sobre Seguridad Pública 2019.

En lo que toca a la percepción social sobre la efectividad del trabajo que realizan autoridades encargadas de la seguridad pública, seguridad nacional, procuración e impartición de justicia, 53% de la población de 18 años y más que identifica a la Marina manifiesta que su trabajo es muy efectivo o algo efectivo, seguido del Ejército con 46.6%, como se aprecia en la tabla 1 y gráfica 1. Muy por debajo de esta percepción del ciudadano esta las policías municipales y estatales, ministerios públicos y jueces.

En otro tipo de información recabada en esta encuesta Población de 18 años y más, por tipo de autoridad que identifica y considera que es corrupta

Gráfica 2.



Elaboración: propia con base INEGI Encuesta Nacional de Victimización y Percepción sobre Seguridad Pública 2019.

De igual manera el plan advierte que:

La crisis de valores y de convivencia que constituye uno de los componentes del estallido de violencia y criminalidad se origina, en buena medida, en el resentimiento social a causa de la pobreza, la marginación, la negación regular de derechos básicos y la falta de horizontes de realización, derivada de la supresión de 20 mecanismos de movilidad social. Ante este panorama, la regeneración moral es, al mismo tiempo, un medio y un propósito de la Cuarta Transformación. La regeneración ética es la intención ejemplificante de un ejercicio de gobierno austero, honesto, transparente, incluyente, respetuoso de las libertades, apegado a derecho, sensible a las necesidades de los más débiles y vulnerables y pendiente en todo momento del interés superior. En el ámbito de la seguridad pública y el combate a la delincuencia organizada, la regeneración ética se traducirá en la opción preponderante por los métodos pacíficos y la confianza previa en el buen comportamiento de la gran mayoría de las personas. (P.N.D, 2019: 19-20).

Como se puede leer el tema de la violencia en el país a lo largo de las dos primeras décadas del presente siglo es multifactorial, temas como la pobreza, la exclusión, la falta de regulación de derechos básicos como acceso a la salud y educación, son temas aun

presentes en la sociedad mexicana, después de más de un siglo de la primera revolución social del siglo XX.

Por ende, el plan puntualiza un eje y estrategia para reemprender la construcción de la paz social desde la base al afirmar que:

se promoverá la adopción de modelos de justicia transicional, la cultura de paz y la recuperación de la confianza en la autoridad. Ante la imposibilidad de derrotar las diversas expresiones delictivas por medios exclusiva o preponderantemente policiales y militares y frente al absurdo de querer pacificar con métodos violentos, resulta imperativo considerar la adopción de modelos de justicia transicional que garanticen los derechos de las víctimas y que, al mismo tiempo, hagan posible el desarme y la entrega de los infractores, a quienes se les respetará sus derechos legales y se les propondrá un cambio de vida... Se establecerá lo antes posible el Consejo para la Construcción de la Paz, que será una instancia de vinculación y articulación entre todas las instituciones y actores de México y del extranjero que trabajen por la paz. El gobierno federal invitará en todas estas acciones a representaciones de la CNDH y a observadores designados por la Organización de las Naciones Unidas (P.N.D, 2019:21)

sobre el tema de ir generando una cultura de paz en este sexenio los planes y estrategias del gobierno 2019-2024, conceptualizan la cultura de la paz para el bienestar de todos en la nación.

Cultura para la paz, para el bienestar y para todos...Desde esta perspectiva, nadie debe ser excluido a las actividades y los circuitos de la cultura, los cuales representan, en la actual circunstancia, factores de paz, cohesión social, convivencia y espiritualidad... Los recintos tradicionalmente consagrados a la difusión del arte no deben centralizar y menos monopolizar la actividad cultural. Ésta debe poblar los barrios y las comunidades y hacerse presente allí en donde es más necesaria, que son los entornos sociales más afectados por la pobreza, la desintegración social y familiar, las adicciones y la violencia delictiva. (P.N.D, 2019:46)

4 METODOLOGÍA Y ENFOQUE

La investigación involucra un análisis de los documentos estratégicos como el plan nacional de desarrollo 2019-2024 y la Nueva escuela mexicana. Principios y orientaciones pedagógicas a manera de un análisis documental y de análisis de contenido tal y como se puntualiza al ser considerada como:

aproximación hacia una necesidad de abordar cualitativamente técnicas utilizadas en el análisis de textos y documentos. Nos referimos así al análisis de contenido cualitativo, el cual puede apuntar al desarrollo complementario y paralelo en otros tipos de análisis de contenido, de impronta cuantitativa, y que en definitiva poseen otros objetivos. (Díaz, Herrera, 2018:125)

también es muy importante el análisis de información estadística proporcionada por el Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI), el cual da a conocer anualmente los resultados de la Encuesta Nacional de Victimización y Percepción sobre Seguridad

Pública (ENVIPE), dentro de los trabajos del Subsistema Nacional de Información de Gobierno, Seguridad Pública e Impartición de Justicia (SNIGSPIJ).

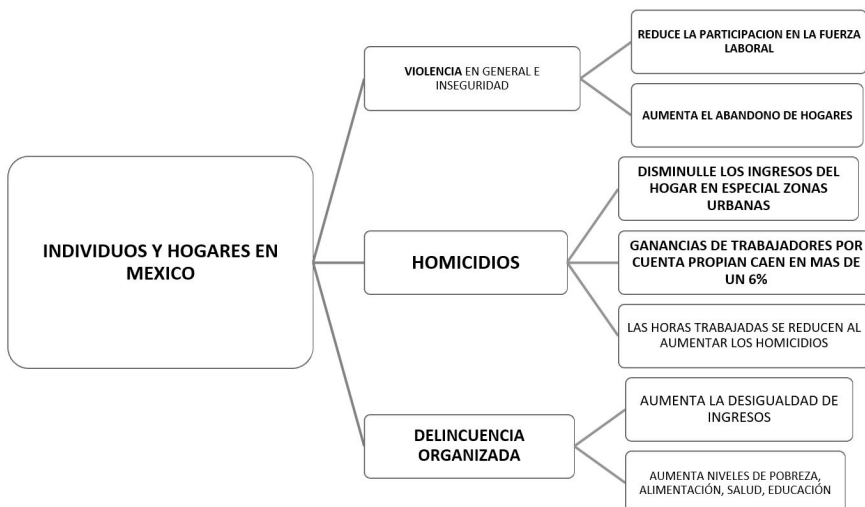
El propósito de la ENVIPE es recabar información a nivel nacional y por entidad federativa sobre el fenómeno de la victimización delictiva y la percepción social respecto de la seguridad pública y el desempeño de las autoridades, así como proporcionar elementos a los diferentes órdenes de gobierno que sirvan de apoyo en los procesos de política pública.

Es importante aclarar que el objeto de estudio de este trabajo es sobre seguridad nacional, no obstante la variable independiente amenazas y riesgos nacionales nos permiten ocupar datos que parecieran más de seguridad pública y que realmente deben ser atendidos por instancias tradicionales como la Secretaría de Seguridad Pública (SPP) o Procuraduría General de Justicia (PGJ) ya que simplemente se han vuelto temas de seguridad nacional y de la razón del Estado en el último sexenio.

La ENVIPE, permite hacer estimaciones sobre la victimización de los delitos más representativos del fuero común ocurridos durante cada año a los hogares y a las personas de 18 años y más. Y algo muy importante es que esta encuesta si trata de medir el grado de confiabilidad de la gente en instituciones de seguridad pública y seguridad nacional.

Y por otra parte se hace un análisis de contenido documentos como la misma constitución política de los estados unidos mexicanos, los planes nacionales de desarrollo 2013-2018 y 2019-2024, documentos de expertos, a los cuales se les da un tratamiento hermenéutico y heurístico explicativo.

Figura 2: Consecuencias de la Violencia en



Fuente: Índice de Paz México 2020: Identificar y medir los factores que impulsan la paz, Sidney, abril de 2020. Disponible en: indicedepazmexico.org. Elaboración Propia.

5 CONCLUSIONES

5.1 LA ESCUELA COMO CAMPO CULTURAL Y DESARROLLO DE LA CULTURA DE PAZ

El desarrollo de las habilidades emocionales y de convivencia en México ha experimentado varias estrategias en diferentes sexenios de la educación en México, los programas construye T y aprendizaje claves son las últimas estrategias que la secretaria de educación pública en el país, se requiere que la escuela se convierta en un verdadero campo de convivencia y cultura.

El campo Cultural, es una aportación conceptual de Bourdieu (1996) es el mercado de bienes simbólicos o mercado de los mensajes culturales, para entender los elementos que implican este mercado de mensajes culturales, aporta el concepto de autonomía relativa que tiene cada sujeto, en la escuela, cuando dice:

Autonomía relativa del campo cultural, funciones de reproducción de las relaciones de clase existentes desarrolladas desde el campo cultural, escuela como principal instancia legítima de legitimación de lo arbitrario de cultural que contribuye a la reproducción de la estructura de la distribución del capital cultural entre las clases y, u tramite, a la reproducción de las relaciones de clase existente (...) la autonomía relativa del sistema escolar, gracias a la cual la enseñanza sirve de manera específica es insustituible a las estructuras sociales. La reproducción de las relaciones de clase, en realidad es también el resultado de una acción pedagógica, (...) ejerce sobre sujetos que recibieron de su familia o de las acciones pedagógicas precedentes (...) por un lado cierto capital cultural y por el otro un conjunto de posturas con respecto a la cultura. (p.17)

La escuela como campo cultural, es un espacio donde se moldea la cultura de los jóvenes, la escuela lo hace con un reglamento escolar, que se impone como una medida de control, de estudiantes, docentes etc., se ponen en juego las reglas, normas, criterios, conductas, etc., en cuanto a los procesos de enseñanza aprendizaje, la convivencia en la escuela, las normas de convivencia en el aula, en las formas de interacción entre estudiantes, la falta o el logro de las llamadas competencias de conocimiento, habilidades y valores, los docentes, muestran exigencias del cumplimiento de estas, de manera estandarizada, de alguna manera, se pierde la expresión singular y la libertad para actuar como sujetos singulares producto de su cultura y del campo cultural, en la experiencia los docentes, por lo regular imponen criterios y normas que orientan su quehacer pedagógico, a través, de puntajes de ganar o perder, o de lograr puntos como una manera de lograr las exigencias del programas de los cursos, sin tomar en cuenta a lo que llama Bourdieu, los diferenciales culturales.

La escuela y los procesos de enseñanza aprendizaje son campos culturales restringidos, los estudiantes encuentran su marco de acción, condicionado por los marcos

de referencia cultural de los docentes, y además son predominantes en relación de las de los estudiantes, al respecto lo Bourdieu dice.

Cada acción pedagógica tiene pues, una eficacia diferenciada en función de las diferentes caracterizaciones culturales preexistentes de los sujetos y que son de naturaleza social. La escuela, al sancionar estas diferencias como si fueran puramente escolares, contribuye al mismo tiempo a reproducir la estratificación social y a legitimarla asegurando su interiorización y persuadiendo a los individuos de que esta no es social, sino natural.

En el campo cultural que promueve la escuela, predomina la autoridad de sus actores principales los maestros, que gozan a la fecha de cierta autoridad académica, que la reproducen, se legitiman en los concesos o disensos de algunos, aunado los directivos, actores con la máxima investidura en la institución para imponer elementos de la cultura como la única y legitimada desde la autorización central, con poco margen de actuación de los estudiantes.

La escuela pues en su función de educación, propone los procesos de enseñanza aprendizaje emprendidos he institucionalizados por el hombre, en todos los momentos históricos socioculturales, entonces, la cuestión educativa, asume su papel histórico también, de socializar aquel orden comprendido como cultura, y contribuye e influye en la generación de la reproducción sociocultural, pues se establece en el proceso de enseñanza aprendizaje.

En la perspectiva de Monique de Saint Martin señalo “que la escuela, lejos de borrar las desigualdades sociales, tiende a transformarlas en castas escolares” (Bourdieu, p. XXI). En la obra de la reproducción de Bourdieu y Passeron (1996) expresaba:

En la medida en que el éxito de toda acción pedagógica es función del grado en que los receptores reconocen la autoridad pedagógica de la instancia pedagógica y del grado en que se dominan el código cultural de la comunicación pedagógica, el éxito de una determinada acción pedagógica en una formación social determinada está en función del sistema de relaciones entre la arbitrariedad cultural que se impone esta acción pedagógica, la arbitrariedad cultural dominante en la formación social considerada y la arbitrariedad cultural inculcada por primera educación en los grupos o clases de donde proceden los que sufren esta acción pedagógica (p.70).

Así los estudiantes, sus éxitos o fracasos en cada asignatura, depende de la adaptación de código cultural que se impone desde la cultura escolar, y sobre todo en el aula, en la interacción con la autoridad pedagógica, que se sustenta en la persona, en la figura docente, con sus códigos también culturales insertos en su función pedagógica, que se fusiona en los procesos de enseñanza aprendizaje, entre los dos actores principales docente-estudiante, el estudiante tiene que apropiarse de la arbitrariedad pedagógica, a través de estrategias y códigos culturales que empaten con la acción pedagógica siempre

arbitraria, esto depende si se apropia o no, pues, depende del arsenal cultural inculcado como habitus desde la familia, entonces podrá lidiar en ese proceso y salir airoso, para apropiarse del reconocimiento legitimado, que es la certificación del nivel de estudios.

Los estudiantes visto como un grupo diferenciado en relación a los docentes o directivos, que está por demás abundar en cada uno, pero sí de los estudiantes, que es el tema en cuestión, y es estudiar a los jóvenes desde sus propios significados, sus sentimientos, actitudes, habilidades, ser reconocidos como sujetos activos, que sienten, piensan, actúan, deciden, con deseos, expectativas de futuro, con éxitos y fracasos en la escuela, con apoyo de la familia, en la adquisición de los uniformes escolares, tecnologías, materiales didácticos, con actitudes de desafíos en la escuela, con una perspectiva frente a la pedagogía y estilos docentes, y frente a la tarea, como difícil o sencilla, con significados diferenciales en la percepción que tiene de la escuela, y es una diversidad de las percepciones de los estudiantes, porque son únicos y singulares.

Los jóvenes aprenderán a relacionarse con la escuela, con actuaciones dentro y fuera de ella, formas muchas veces inconscientes, que lo colocan en cierto tiempo a disposiciones de asimilación de la cultura escolar y la cultura pedagógica docente, para percibir, juzgar, decidir, sentir, pensar de una forma específica para guiarse en su trayectoria académica, no siempre exitosa, aunado a persistencia de su proyecto de vida, muchas veces como anhelo real o ideal de este, por eso su actuación será de acuerdo a los esquemas culturales construidos y llevado a la praxis escolar.(Velez, 2007, p.254)

En caso de éxito o fracaso escolar, es un elemento cultural, traído de desde casa, tomado desde la convivencia en la escuela, con sus compañeros, construye su representación de escuela, su actuación, sus hábitos, y costumbres, que construye y reconstruye en la medida de sus posibilidades que su propio contexto y carga cultural, se mueve en ese esquema para crear sus expectativas.

En conclusión, este marco de violencia y necesidades sociales es el caldo de cultivo para fenómenos de contracultura perjudicial para los jóvenes en México y la reconstrucción del tejido social que abone a una cultura de la paz. No obstante, la aplicación de los principios que orientan la nueva escuela mexicana ayudaría al menos a nos elementos clave la identidad nacional de mexicano y la responsabilidad ciudadana, reactivaría el civismo y por ende la participación en la transformación social y la cultura de la paz tan anhelada en las últimas dos décadas en México.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. Acemoglu, Daron y ROBINSON, James (2014) *Por qué fracasan los Países*, los orígenes del poder, la pobreza y la prosperidad. Madrid, Deusto ediciones.

2. Alvarado Arturo y Sigrid Artz. *El desafío democrático de México: seguridad y estado de derecho*. México, El Colegio de México, 2001, 234p. ISBN: 968-12-1025-5.
3. Arriaga Irma y Lorena Godoy. (1999). *Seguridad ciudadana y violencia en América latina: diagnóstico y políticas en los años noventa*. Santiago de Chile, CEPAL-ONU.
4. Argüello, Lemus, Jackelinne. (2011) El centro de investigación y seguridad nacional en México: a la espera de la transformación, en Fernández Rodríguez *Cuestiones de inteligencia en la sociedad contemporánea*. España, Ministerio de defensa.
5. Arteaga, Suarez, Luis, Gustavo. (2007) El flujo de información como mecanismo para el fortalecimiento de los instrumentos de inteligencia y seguridad nacional. En *Inteligencia estratégica*, México, centro de estudios superiores navales, 2014.
6. Bourdieu, P. (1979). Los tres estados del capital cultural. Sociológica, UAM.
7. Bourdieu, P. (1998). Capital cultural, escuela y espacio social. Siglo XXI. España.
8. Bourdieu, P. y Passeron, J. (1977). La reproducción. Elementos para una teoría del sistema de enseñanza. España.
9. Brito, Rodríguez S. (2014) Capital cultural y Educación Superior; una ecuación imperfecta. Foro Educativo No. 23. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7232320.pdf>
10. Curzio, Gutiérrez, Leonardo. (2007) La seguridad nacional en México. Centro de investigaciones sobre américa del norte, Universidad nacional Autónoma de México.
11. Diaz, Herrera (2018). *Investigación Cualitativa y análisis de contenido temático, orientación intelectual*. Madrid, Universidad complutense, Revista General de Información y documentación.
12. Merino, José (2011): "Los operativos conjuntos y la tasa de homicidios: Una medición", nexos, junio de 2011. Edición digital: <http://www.nexos.com.mx/?P=leerarticulo&Article=2099329.03/10/2013>.
13. Molina Garza Mercedes (2016) La sociología del sistema de enseñanza de Bourdieu: reflexiones desde América Latina. Cad. Pesqui. [Online]. 2016, vol.46, n.162, pp.942-964. Disponible en: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742016000400942&script=sci_abstract&tlng=es
14. Nueva Escuela Mexicana (2019) Principios y orientaciones pedagógicas, secretaria de educación pública.
15. Plan Nacional de desarrollo 2013-2018. https://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5299465&fecha=20/05/2013
16. Plan Nacional de desarrollo 2019-2024. 18. https://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5565599&fecha=12/07/2019#gsc.tab=0
17. Secretaría de educación pública (2019) *Hacia una nueva escuela mexicana*. México, Perfiles educativos, número 166.

CAPÍTULO 21

THE NAKED OPTION, DELTA BOYS AND BIG MEN: AN ANALYSIS OF CORRUPTION IN THE NIGER DELTA

Data de submissão: 24/04/2023

Data de aceite: 10/05/2023

Óscar Ortega Montero

Departament de Llengües i
Literatures Modernes i
d'Estudis Anglesos
Universitat de Barcelona
Spain

<https://orcid.org/0000-0001-6673-6131>

ABSTRACT: The oil-rich Niger Delta region in Western Africa is in crisis. Economic disparity and corruption are the main features of the nation that is constantly ranked as one of the most corrupt in the world. Global capital, manifested as powerful and all-encompassing transnational corporations play out a struggle for national power in an increasingly poverty-stricken and disaster-prone country on the brink of a civil war. This results in a widening gap between the rich and the poor. This gap has attracted the international attention of news media and of several art house filmmakers who are eager to shed light on the shady oil business operating in one of the most polluted nations on earth. In this context, resistance takes centre stage, thus enabling political and environmental activism to contest the capitalist ideology driving the

nation into the abyss of hatred, violence and killing. Besides exploring the complexities of enduring conflict, the documentaries *The Naked Option*, *Delta Boys* and *Big Men* explore the human face of work in Nigeria revealing the spirit of cooperation, caring and fellowship that supports the Niger Delta people's desire to catch a glimpse of a better future. This paper analyses said documentaries as evidence that in the intolerable political and economic environment in the age of the Anthropocene, the Niger Delta's people experience a social connection that transcends their desperate circumstances.

KEYWORDS: Anthropocene. Economic disparity. Corruption. Transnational corporations. Resistance.

1 INTRODUCTION

Our twenty-first century global societies face the era of the Anthropocene, an era characterized by the brutal impact of human-induced climate change and the extinction of wildlife. We do so with uncertainty and much unaware of the terrific impact that maximizing profits will have on our lives in the long run. Greed plays a key role in the field of Energy Humanities. In his defense of capitalism and its core tenets,

the influential American economist Milton Friedman recognizes so when he questions “(t)ell me, is there some society that you know that doesn’t run on greed?... What is greed? Of course, none of us are greedy, it’s only the other fellow that’s greedy. The world runs on individuals pursuing their separate interests” (M. Friedman, personal communication, 1979). This sweeping statement endorses a justification of the global capital to act irresponsibly in contrast to the recent neoliberal policies held by the so popular currents Corporate Social Responsibilities (CSR). ‘Storying’ the Niger Delta ecocide opens a window into the complex realities of the oil-rich region within the frame of unequal power relations. In connection therewith, corruption takes centre stage in this geographical area where entanglements of ethic and economic interest dictate the mandate of the regional politics.

The exercise of sovereignty plays a pivotal role in this enduring conflict. Mbembe (2003) states that “to exercise sovereignty is to exercise control over mortality and to define life as its deployment and manifestation of power” (p.12). This illustrates oil international companies’ understanding of power, as its deployment is the major source of deep moral, social and economic distress in the oil-producing region. Pro-indigenous filmmaking addresses the resultant grievances in local ethnic communities that stem from state and corporate corruption over the environment. This alternative representation of the Niger Delta defies the predatory working dynamics of capitalism and reaches an international audience. Additionally, it also deals with the constraints that continue to limit the potential for development in the area.

In so doing, filmmakers put customary indigenous claims such as the need for resource control and ownership, good governance, the reversal of environmental degradation and/or the lack of compensation for loss of livelihood at the forefront of the debate. These accounts show evidence of the fact that the Niger Delta people experience a social connection that goes beyond their desperate circumstances. Their daily struggles to “thrive” in life, despite the government’s and multinationals’ policy-making, locate the audience in a sensitive environment. This, in turn, is the breeding ground for the development of social movements centered on the role of the environment. According to Ojo-Ade (1999), many of these cultural agents draw inspiration from the former Ogoni leader and intellectual Ken Saro-Wiwa. Their claims are of critical importance in order to frame the struggle for sovereignty and power in a poverty-stricken and disaster-prone region, where the widening gap between the rich and the poor is an immediate consequence of widespread oil despoilment and mismanagement of oil revenues.

2 KEN SARO-WIWA

The crisis of Ogoni people mirrors the crisis of post-independent Nigeria, particularly when it comes to managing ethnic diversity. Nixon (2011) found “unelected officials from the three largest ethnic groups –the Yoruba, the Igbo, and the Hausa-Fulani– have totally dominated national politics” (p.106). This institutional and ethnic crisis provides a clear evidence of the failure of nation-building policies in a country deeply influenced by ethnic bias and designed to cater to the interests of the largest and dominant ethnic groups. Such a scenario in which the welfare of the privileged elites, regardless of whether they are ethnic or politic, is built upon the enslavement of minority groups and the destruction of the Niger Delta ecosystem.

This context constitutes a watershed for the further exploration of the role of oil multinationals in the oil-rich region. The increasing influence of oil multinationals in the domestic economy and policy-making of the African country led the deceased intellectual, Ken Saro-Wiwa, to mobilize his people and speak up against (Ejeke, 2000) “the economic, social, political, and environmental degradation encouraged and perpetuated by the Federal Government of Nigeria and the oil prospecting and exploring companies” (p.19). This remark shows the growing concern about the neocolonial and neoliberal policies that would give continuity to the former colonial pillage in the shape of economic suffocation and the evils of ecocide, affecting to traditional culture and ethnic identities, too. In line with this view, Saro-Wiwa (as cited in Ejeke, 2000, p.18) stated that as

keepers of the conscience of the nation and custodians of its culture, we owe ourselves and the nation the responsibility not only to protect the rot and shame but also to immerse ourselves actively in stopping it and restoring sanity to the land.

These insightful remarks push in the direction of good governance and the restoration of land and of indigenous rights over resources as the axis of regional development and equality. To some extent, political institutions and oil multinationals have constantly denied over the last decades the rot in the exploitative productive system of the African powerhouse. Therefore, critical responses to stop the rot of crime and corruption endorsed by state and corporate violence against minority ethnic groups and the environment seek to promote awareness on the need to tackle the perpetuation of abuses, on one hand, and on the importance of the constitution of a political movement echoed by grassroots support, on the other. This effort is aimed at ensuring the active involvement of indigenous communities in shaping decision-making processes. The latter remains a central question in order to guarantee an atmosphere conducive to mutual confidence in the midst of chaos.

For this purpose, it is necessary to understand –and navigate through– the complexities surrounding the current Niger Delta's sociopolitical arena by approaching Saro-Wiwa's political struggle for minority and ethnic rights. His untimely death has certainly come to signify the sheer nonsense of making politics in a country that, according to International Transparency's Corruption Perception Index 2017, constantly ranks among the most corrupt nations on earth. Much to the chagrin of Nigerians, the military regime of the West African nation under General Abacha's iron fist rule achieved an international dimension when Saro-Wiwa's questionable judicial murder showed the entire world the far-reaching consequences of political dissent in Nigeria.

Saro-Wiwa's failed attempt to negotiate a peaceful and decent solution to decades of gradual impoverishment and ongoing exploitation of the Ogoni people at the hands of the Anglo-Dutch oil multinational Shell paved the way for subsequent human rights activists and environmentalists to work together in search of (political) visibility and recognition. Then, Saro-Wiwa's death, though tragic, was not in vain, as his humbleness and kind-hearted nature stand, still today, as a model for minority ethnic groups and young people to fight for indigenous rights over resource control and land ownership.

The figure of Ken Saro-Wiwa is significant to the analysis of corruption in the Niger Delta and a guiding thread to the work of filmmakers Andrew Berends, Rachel Boynton and Candace Schermerhorn in support of the claims of ethnic groups, militants and organized women in Rivers State. The Ogoni revolution under Saro-Wiwa's leadership advocated for resource control and the protection of the Niger Delta environment from oil multinationals (Orage, 1998, p.46). The documentary films under analysis, namely *Big Men*, *Delta Boys* and *The Naked Option*, give prominence, to a greater or lesser extent, to the relentless work carried out by the Ogoni leader, intellectual and writer in unmasking the existing connections between the body politic and organized crime, and the resultant poverty in the area. Saro-Wiwa's efforts towards closing the widening gap between Nigerian and corporate elites and local communities have thus attracted the international attention of art-house filmmakers. With cameras in hand, these socially committed filmmakers shed light on the shady side of oil industries and on the goings-on of greedy and corrupt politicians in what is often known these days as petro-cultures.

3 CORRUPTION AND STRATEGIES FOR RESISTANCE

Sustained corruption over the last decades has originated complex webs of petro-violence, compelling Niger Deltans to flee from hunger, poverty and war, join the armed struggle or actively engage in political activism. The latter compels the audience to

explore the sometimes-blurred boundaries between terrorism and militancy. A distinction between crime and activism is very much needed in order to facilitate the understanding of the complex nature of an enduring conflict where the control over land and resources fuels insurgencies of all sorts ranging from hostage-taking for ransom to oil theft, mugging, armed confrontations with Nigerian security forces or mass peaceful protests at the gates of oil production stations. Moreover, the broad consensus of institutions, oil multinationals and mainstream pro-global capital media tends to criminalize the feeling of resentment, regardless of whether it is legitimate or not, in their bid to justify the increasing militarization of the oil-producing region and the violent actions attached to the ever-threatening presence of armed soldiers patrolling the creeks. The ongoing denial of the debate on the politics of dispossession and displacement that are driving the region into the abyss of hatred, violence and killing manifests itself in outbreaks of violence and global tensions, endangering the stability necessary for progress and development.

The Niger Delta is a region of global strategic importance in the energy market and violent threats in the creeks affect oil price and economic growth. Despite this fact, oil multinationals and institutions have systematically failed in securing basic amenities to improve the livelihoods of the local communities. This is a central claim of the groups concerned and the core reason to organize responses against the economic plundering of the region. The documentaries produced about the area discuss the dispossession of lands through the enactment of different laws. According to Obi and Aas Rustad (2011), the 1969 Petroleum Act, and its subsequent regular updates, or the Land Use Act 1978, have eroded relations between institutions and citizens. In this context, possibilities for pacification and peaceful cohabitation, as the case study documentaries attest, will only come through the restoration of indigenous rights, the enforcement of good governance and development.

The conflict largely stems from the considerable mismatch between the level of wealth accumulated by the global capital in/from the oil-rich region and the stark contrast in terms of the level of welfare enjoyed by Niger Deltans, which is non-existent at large. This issue furthers moral and socioeconomic distress because, as Onuoha (2005) and Obi (2009) found, with the advent of oil industries Niger Deltans dreamt of world-class infrastructures, high wages and escaping from the poverty trap often associated with, for example, some of the traditional low-productivity occupations such as cocoa or yam growing in Nigerian soil. Nothing could be further from the truth, considering that declining opportunities for gainful employment, especially among the youth, turn out to be the dismal reality of the struggle for survival in the once fruitful creeks and productive

farmlands of the Niger Delta. Furthermore, federal institutions that are not accountable to the communities they seek to serve along with corporate neoliberal attacks in the shape of environmental disasters have laid the ground for present-day petro-violence in a region where most of the population incomprehensibly lives below the poverty threshold.

These formulations are the backbone of the stories displayed in *Big Men*, *Delta Boys* and *The Naked Option*. All taken together form a set of narratives about the successful coming-together of alienated and marginalized members of society that subvert the notions of catastrophe and collective helplessness in varying degrees. The documentary films thus offer a restorative image of the Niger Delta's social fabric through the articulation of indigenous responses to counter the threat of predatory oil-fuelled corporate development –and the passivity of its joint institutional partners in the local plunder. In their bid to combat the all-encompassing role of oil multinationals in the sociopolitical realm of the Niger Delta, the coming-together of diverse ethnic groups, often confronted in the past for land disputes, is most welcome as it lays the foundation stone of peaceful cohabitation and mutual understanding to develop joint actions against corporate and state abuse.

As an example, consider the tremendous success of an organized group of women in *The Naked Option*. Only apparently, these “vulnerable” women, unarmed and naked, stopped the production of oil in Chevron's oil station for nearly two weeks. A landmark achievement and a clear demonstration of indigenous power disrupting Chevron's procedures and, more importantly, forcing the multinational to sit at a negotiating table and to engage in discussions with the up to then very much neglected indigenous female representatives. Niger Delta women, wary and wily, and weary of greed, exploitation and economic repression take action against Chevron's failure to build an oven that ensures their economic survival. Other protests of similar nature against the wielding influence of multinationals on the lives of Niger Deltans followed suit and have centered on environmental restoration and the need to develop key partnerships with global capital, willing to transform the current unbalanced relation between oil multinationals and local communities into one of mutual benefits. As Richard Peet and Michael Watts (1996) put it, “environmental problems in the Third World (...) are less a problem of poor management, overpopulation, or ignorance, as of social action and political-economic constraints” (p.4). These words provide serious insights into the Achilles heel of Niger Delta people as their fate largely depended on their confidence in the skills of politicians of dubious reputation, who had barely shown any interest in population's concerns, to exert pressure on oil corporations to provide solutions to their practical everyday problems.

According to these courageous women, oil multinationals have not been fair to the community they represent. It is precisely because of the lack of commitment on the part of oil corporations with the nearby communities that women decided to organize themselves as a pressure group actively reporting the daily polluting activities of oil industries. These actions set in their agenda also demonstrate the ineffectiveness of political leaders to enforce regulations, thus showing the mutually supportive relationship between oil multinationals and authorities. This aspect arouses the distrust of these women, who enter the political struggle not only as subjects staking a claim on their rights as citizens but also from the standpoint of gender as battered and often neglected subjects relegated to the outer spheres of decision-making in their communities, too. The long-term relationship between economic and political power breaches local sensibilities and reinforces the well-founded idea of local communities to take a leap towards political participation as a means for progress and real development in the region. Watching over Nigeria's flawed democracy is then an essential task of these women edging towards a corruption-free society through both the politics of representation and the representation of women in politics.

Art-house filmmakers come to terms with indigenous sensibilities, most notably Andrew Berends in *Delta Boys*. The filmmaker engages the audience in the daily routines of a group of militants and tells the story not only of political disappointment but also of decades of ongoing exploitation, alienation and dispossession from the standpoint of young –and educated– militants. Their real motivations to fight back against economic and political elites see light, but more importantly, the human face of militants reveals a profound desire to catch a glimpse of a better future for generations to come. In *Delta Boys*, the audience gets to know in greater depth Tom Ateke, the chief of a group of militants operating in the creeks, who argues convincingly to justify both their presence in the creeks and their demands for protection of their lands rights to prevent further squalor and abandonment of Niger Deltans.

Fighting the abuses of the global capital and political authorities through what some voices consider illegal means is, according to these freedom fighters, as they label themselves, the only way to bring back part of what they consider legitimately to be theirs. Within the frame of institutional abandonment, and bearing in mind the failure of the so-called corporate social responsibility policy, militants regard themselves as social agents carrying out welfare work that enhances somehow social assistance in favor of the dispossessed, nurturing stories of hope and promoting the enactment of Niger Deltans' sense of agency. The non-fulfillment of the promises made by oil corporations in terms

of reinvestment in the area, and again with the endorsement of local authorities, provides grounds for the suspicion of the militants that the stifling situation in the Niger Delta might not come to an end unless they see signals coming from corporations and political institutions. These signals of change ought to come in the form of basic infrastructures and access to work by encouraging skills acquisition and the participation of local communities in the oil business.

In much the same fashion, *Big Men*, *Delta Boys* and *The Naked Option* explore the reasons why popular unrest, escalating violence and criminal activities in the lawlessness Niger Delta grow relentlessly. In the first place, it is important to consider the large-scale implications the shift from agriculture to oil industry entailed in the decades to come after the commercial find was discovered in the year 1956 in Oloibiri. This change in the production model put thousands of locals out of work, impoverishing the area gradually. In connection to the implementation of oil industries, Ukiwo (2017) observes that “the hallmark of the entire process of exploration, concession and exploitation is the non-involvement of [local] people” and that these “are made to understand that they lack the skills to be employed in the highly technical industry” (p.20). Therefore, loss of jobs in traditional occupations along with the terrific environmental consequences of oil spillages have resulted in the loss of livelihood for farmers and fishermen. Their claims, nonetheless, play second fiddle to other priorities set in the political agenda.

The ecocide in the Niger Delta, besides causing serious environmental damage and maximizing oil companies' profits, affects the indigenous perception of identity. In the midst of a dystopic context, indigenous ties to land, places and cultural practices have loosened, too. The influence of neocolonial practices over land has threatened the poorest members of society, who in many cases have lost their roots through either displacement or the abandonment of their traditional homelands in search of opportunities in the overcrowded Nigerian urban settings. On this last point, sound management of oil revenues could have prevented local peoples from massive internal migration. However, corruption, mismanagement of resources and environmental disasters run rampant, compelling civilians to rely on luck alone.

The estrangement of civilians from the body politic and growing feelings of alienation lead grassroots to raise their voices against the forcible imposition of poverty on them. So far, there is no economic compensation, provided that foreigners take up a high percentage of the jobs in the oil industry, which is a common demand in all films. Instead, the greed of some of the agents and the deviance from the law of some others gain ground at a time of mutual distrust. In the wake of this desperate situation, foreign

oil workers and business tycoons have become the target of criminal gangs and militias operating in the area, kidnapping oil workers for ransom so as to earn a living, on one hand, and to fund a whole range of activities, on the other. To top it all, considering that Niger Deltans' labor force remains largely excluded from oil benefits, federal and local government inactivity and deficiencies add extra fuel to an already stifling atmosphere. This situation is further aggravated by the illegal theft of oil and activities associated with oil bunkering, in which politicians are suspicious of being involved. On this last point, Paul Williams (2016) contends that "extractable oil makes control of the government more attractive because of the large revenues at stake" (p.100).

This political-economic control mainly boosted by neocolonial practices and neoliberal policies is conducive to building webs of corruption. In these well-orchestrated webs oil multinationals and politicians appear to be in cahoots with one another, and, eventually, sovereignty over oil determines power, ensures access to commodities and denies the possibility of a democratic and more egalitarian society. Instead, devastation and impoverishment gain ground substantially in the Niger Delta, partly because in this way corrupt politicians can take part in oil-related activities such as, for example, oil bunkering and go thus unnoticed for the vast majority of civilians. This exercise of greed on the part of politicians lays at the core of most of the indigenous claims, seeing that the perpetuation of power structures inherited from the colonial state consolidate the status-quo of political and economic elites, and jeopardize the future of the Niger Delta in all regards.

4 CONCLUSION

By way of conclusion, allow me to compliment the strong determination of certain social groups confronting in political terms the dreadful and untimely tragedies of corporate and state abuse. Likewise, national elites enjoy from the endorsement of supranational institutions and international leaders, whose opportunities to reap a profit out of a shameful context call into question the role of democracy in such a developing country, as is Nigeria.

The capacity of emerging activist groups such as MEND (Movement for the Emancipation of the Niger Delta) or MOSOP (Movement for the Survival of Ogoni People) to strike at the weaknesses of the global capital and political institutions determines whether or not all the parties involved in the scramble for natural resources decide to open up a new front of reflection. A new time in which greed gives way to all-inclusive policies for the betterment of the country instead of becoming embroiled in internal

tensions that condemn the Niger Delta as a whole to a blood-stained future. In line with the previous statement, Carlson, Szeman and Wilson (2017) invite modern societies to start out exploring new sources of energy that require new modes of making politics:

Oil transformed life over the century in which we came to depend on it; the looming threat of its absence from our lives means that it will transform us again, from people who are at home and comfortable in the petrocultures we have devised for ourselves to people who will have to shape ourselves to fit contexts and landscapes we can barely imagine, even if we need to do so – and quickly. (p.4)

What is clear from the above statement is that our twenty-first century increasingly globalized societies can no longer turn a blind eye to environmental degradation, especially in developing countries, as is the case of Nigeria, that act as one of the global energy suppliers. The so-called developed world will have to reconsider its behavior as consumers and take on a radical shift towards energy transformation.

This transition from the use of fuels to the use of environmentally friendly and renewable energies must also bring to a halt the abuses of the global capital in the energy market through a rights-based system of distribution. As discussed in this article, the Anthropocene is causing profound and significant changes of economic, cultural, social and political nature, urging society to reassess its relationship with the environment for its own survival in the long run. Who knows if, perhaps, ‘storying’ the Niger Delta ecocide equals to the narration of the beginning of the end of mankind.

REFERENCES

Berends, A. (Producer & Director). (2012). *Delta Boys* [Documentary movie]. United States: Journeyman Pictures.

Boynton, R. (Producer & Director). (2013). *Big Men* [Documentary movie]. United States: Boynton Productions.

Ejeke, S.O. (2000). The Socio-political Dimensions of Ken Saro-Wiwa's Activism. In Okome, O. (ed.), *Before I am Hanged: Ken Saro-Wiwa: Literature, Politics and Dissent* (pp.17-24). Africa World Press.

Mbembe, A. (2003). Necropolitics. *Public Culture*, 15(1), 11-40.

Nixon, R. (2011). Pipedreams: Ken Saro-Wiwa, Environmental Justice and Micro-minority Rights. *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor* (pp.103-127). Harvard University Press.

Obi, C. (2009). Nigeria's Niger Delta: Understanding the Complex Drivers of Violent Oil-related Conflict. *Africa Development*, 34 (2), 103-128.

Obi, C. & Ass Rustad, S. (2011). Introduction. In Obi, C. & Ass Rustad, S. (eds.), *Oil and Insurgency in the Niger Delta* (pp.1-16). Zed Books.

Ojo-Ade, F. (1999). *Ken Saro-Wiwa: a Bio-Critical Study*. Africana Legacy Press.

Onuoha, A. (2005). *From Conflict to Collaboration: Building Peace in Nigeria's Oil-Producing Communities*. Adonis & Abbey.

Orage, D.L. (1998). The Ogoni Question and the Role of the International Community. In Na'allah, A.R. (ed.), *Ogoni's Agonies: Ken Saro-Wiwa and the Crisis in Nigeria* (pp. 41-48). Africa World Press.

Peet, R. & Watts, M. (1996). Liberation Ecology: Development, Sustainability, and environment in an age of market triumphalism. In Peet, R. & Watts, M. (eds.) *Liberation Ecologies: Environment, Development, Social Movements* (pp.1-45). Routledge.

Schermerhorn, C. (Producer & Director). (2011). *The Naked Option* [Documentary movie]. United States: Candace Schermerhorn Productions LLC.

Ukiwo, U. (2011). The Nigerian State, Oil, and the Niger Delta Crisis. In Obi, C. & Ass Rustad, S. (eds.), *Oil and Insurgency in the Niger Delta* (pp.17-27). Zed Books.

Williams, P. (2011). Resources. *War & Conflict in Africa* (2nd ed., pp. 86-113). Polity Press.

Wilson, S., Carlson, A., & Szeman, I. (2017). Introduction. In Wilson, S., Carlson, A., & Szeman, I. (eds.), *Petrocultures: Oil, Politics, Culture* (pp. 3-21). McGill-Queen's University Press.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Jorge Rodrigues é economista. Licenciado, mestre e doutor em Gestão (ISCTE-IUL), com Agregação (UEuropeia). Mestre e pós-doutorado em Sociologia – ramo sociologia económica das organizações (FCSH NOVA). Professor coordenador com agregação no ISCAL – *Lisbon Accounting and Business School* / Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal. Exerceu funções de direção em gestão (planeamento, marketing, comercial, finanças) no setor privado, público e cooperativo. Contabilista certificado. É investigador integrado no Instituto Jurídico Portucalense. Ensina e publica nas áreas de empresa familiar e família empresária, estratégia e finanças empresariais, gestão global, governabilidade organizacional, marketing, planeamento e controlo de gestão, responsabilidade social e ética das organizações.

<https://orcid.org/0000-0001-7904-0061>

Maria Amélia Marques, Doutora em Sociologia Económica das Organizações (ISEG/ULisboa), Mestre em Sistemas sócio-organizacionais da atividade económica - Sociologia da Empresa (ISEG/ULisboa), Licenciada (FPCE/UCoimbra), Professora Coordenadora no Departamento de Comportamento Organizacional e Gestão de Recursos Humanos (DCOGRH) da Escola Superior de Ciências Empresariais, do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS/ESCE), Portugal. Membro efetivo do CICE/IPS – Centro Interdisciplinar em Ciências Empresariais da ESCE/IPS. Membro e Chairman (desde 2019 da ISO-TC260 HRM Portugal. Tem várias publicações sobre a problemática da gestão de recursos humanos, a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, os novos modelos de organização do trabalho, as motivações e expectativas dos estudantes Erasmus e a configuração e dinâmica das empresas familiares. Pertence a vários grupos de trabalho nas suas áreas de interesses.

<https://orcid.org/0000-0002-7196-3838>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ansiedade 161, 162, 163, 164, 165, 166

Anthropocene 245, 254

Asignación de recursos 7, 64, 70, 71

B

Bathing waters 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50

Bioética 194

C

Calentador de agua solar 180, 181, 182, 183, 184, 191

Calentamiento global 97

Cidade 14, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33

Constitución 92, 214, 215, 216, 217, 221, 228, 229, 230, 231, 233, 240

Coordinando 86, 87, 92, 95, 96

Corporações 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61

Corriente Directa CD 97

Corruption 245, 246, 247, 248, 251, 252, 253

Covid -19 64, 65, 66, 72, 71, 73

Cuidador formal 194

Culture 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 108, 234, 235, 247, 254, 255

D

Densificación residencial 1, 2, 4, 5, 7, 12

Depressão 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167

Derechos de las mujeres 214, 215, 216, 229, 230, 231, 232, 233

Desenvolvimento urbano 14, 15, 16, 18, 21, 23, 25, 27, 33

E

Economía social 116, 117, 118, 119, 121, 128

Economic disparity 245

Economy 107, 114, 130, 138, 247

Energía solar 98, 100, 106, 181, 182, 192

Equipamento 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33

Ergonomics 170, 172, 178
Escola 51, 120, 158, 206, 210, 226, 234, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244
Espaço público 1, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 120, 209, 217, 232
Estudante de gerontologia 194
Expression 75, 76, 81, 83, 113
Externalidades urbanas 1

F

Formação 15, 19, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168
Formação contínua 194, 201

G

Género 118, 152, 155, 156, 159, 160, 162, 165, 167, 196, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 224, 227, 229, 230, 231, 232, 233
Geographic Information Systems 34, 41
Gestão da informação e do conhecimento 52, 53

H

Harassment 161, 162, 164, 165, 168
History 76, 79, 107, 113, 177

I

Imagários 86, 87, 88, 89, 94, 117, 155
Indicators 112, 115, 136, 137, 138, 139, 140, 149, 150
Indonesian 75, 76, 77, 79, 83, 84
Industria de la hospitalidad 64, 66, 67, 71
Instituciones 65, 95, 152, 157, 158, 159, 196, 199, 205, 207, 208, 209, 210, 234, 235, 237, 239, 240
Integración sociolaboral 116, 117
Interpretación judicial 214, 231
Investigaciones interdisciplinarias 86, 87, 96

L

Lean Services 64, 65, 67, 74

M

Megalithic 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84

Mercantilism 107

México 95, 96, 101, 103, 115, 122, 123, 125, 130, 133, 134, 135, 152, 160, 169, 170, 193, 196, 202, 234, 235, 236, 239, 240, 241, 243, 244

Mobbing 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168

Modelo de negocio 122, 127, 129, 130

Musculoskeletal disorders 169, 170, 177, 178

Músicos autogestionados 117

N

Nueva 5, 6, 73, 74, 127, 131, 215, 217, 221, 231, 234, 235, 236, 239, 243, 244

O

Offices 170, 171

Ontologia 52, 53, 54, 56, 58, 59, 61

Orquestas de tango 116, 117, 118

P

P2P 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134

Patient Safety 136, 137, 138

Patriarcado 152, 158

Políticas 6, 12, 73, 114, 116, 120, 121, 125, 136, 137, 154, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 166, 198, 212, 214, 216, 217, 228, 229, 231, 232, 234, 235, 237, 240, 244

Postural stress 170

Práticas 86, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 119, 152, 154, 156, 157, 195, 197, 215, 216

Progresividad 203, 211, 212

Q

Quality in Health 136, 138, 139

R

Radiación 97, 101, 104, 105, 183, 184, 188, 190

Relação 14, 15, 16, 18, 19, 21, 23, 25, 28, 29, 30, 55, 57, 58, 88, 162, 163

Remisión 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Resistance 141, 148, 245, 248

Revocabilidade 203

Riscos Psicossociais 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168

Risk management 34, 35, 36, 41, 43, 49, 50

Risk of drowning 34, 36, 41

S

Secretaries 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Sentencia 214, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228

Servicios 2, 7, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 108, 119, 122, 123, 126, 129, 130, 131, 134, 195, 197, 210

Servucción 64, 65, 73

Sexualidad 152, 153, 154, 156, 160, 227

Sistemas de informação 52, 53, 54, 59, 61

Solar 12, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 106, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 212, 213

Stress 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 170

T

Term 75, 76, 83, 251

Trabalho 18, 19, 53, 60, 61, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168

Transformación digital 122, 133, 134, 135

Transnational corporations 245

Turismo 64, 66, 73, 74, 86, 107, 110, 111, 113, 114, 115, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135

V

Verticalización residencial 1, 6, 7

Violencia 156, 160, 162, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 243, 244

Violencia de género 214, 216, 220, 221, 222, 224, 227, 229, 230, 232, 233

W

West 37, 45, 78, 80, 107, 248